

Alguns aspectos das relações luso-americanas durante o primeiro lustro da estada da corte portuguesa no Rio de Janeiro

Jorge Martins Ribeiro

---

Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 905-915



# Alguns aspectos das relações luso-americanas durante o primeiro lustro da estada da corte portuguesa no Rio de Janeiro\*

Jorge Martins Ribeiro

✱

Os Estados Unidos desde cedo mantiveram agentes diplomáticos junto da corte portuguesa, porque Portugal era importante para a estratégia político-comercial norte-americana. Assim, entre 1790 e 1801, tiveram dois ministros em Lisboa, o coronel David Humphreys e William Loughton Smith. Por razões de economia, porém, o executivo estadunidense resolveu diminuir o número de representações diplomáticas na Europa, pelo que William Smith foi chamado aos Estados Unidos. Deste modo, a partir de Setembro de 1801, este país deixou de ter um ministro junto do governo luso, situação que se manteve até Junho de 1810, quando, já no Rio de Janeiro, o ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr. apresentou as suas credenciais ao Príncipe Regente, D. João<sup>1</sup>. Aliás, a transferência da sede da monarquia para a América do Sul, segundo este diplomata, modificou as relações entre os dois países<sup>2</sup>. Refira-se que Sumter antes de ser nomeado para este posto exercera as funções de secretário da legação norte-americana em Paris. Além dele, e enquanto a sede do governo português se manteve no Brasil, os Estados Unidos tiveram aí mais dois representantes, John Graham, ministro plenipotenciário, de Julho de 1819 a Junho de 1820 e, John James Appleton, na qualidade de encarregado de negócios interino, entre Junho de 1820 e Julho de 1821<sup>3</sup>.

O Brasil desempenhou um papel importante no relacionamento luso-americano, apesar de até 1808, data da abertura dos portos brasileiros ao comércio com o estrangeiro, serem escassas as compras feitas aos norte-americanos. No entanto, após 1818, de todas as parcelas do espaço português, esta colónia torna-se o principal destino das exportações estadunidenses. Por outro lado, logo a partir de 1808 fornece açúcar, chá, café, especiarias, algodão, ferro e produtos que pagavam direitos *ad valorem*, embora quando comparadas com a globalidade das importações americanas as quantidades transaccionadas fossem insignificantes. Além disto, em todos os tratados comerciais que os Estados Unidos tentaram negociar com Portugal entre 1790 e 1808, o livre acesso aos portos brasileiros foi sempre uma das suas pretensões, aspiração nunca satisfeita pelas autoridades lusas. Daí que, a certa altura, a assinatura de um convénio com Portugal deixasse de ser atrac-

---

\* Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada, sob o título *As relações luso-americanas durante a estada da corte portuguesa no Rio de Janeiro*, no Seminário Internacional "D. João VI: Um Rei Aclamado na América", que teve lugar no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, entre 18 e 22 de Outubro de 1999. "Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DH.

<sup>1</sup> RIBEIRO, Jorge Martins - *Comércio e Diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, pp. 769-772; 958. Tese de doutoramento.

<sup>2</sup> NATIONALARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION, General Records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809-1906, vol. IA (May 27, 1813 - February 23, 1817)*. (National Archives and microfilm publication, M121, rolo 3). Carta do ministro plenipotenciário, Thomas Sumter, Jr. para os ministros dos Estados Unidos em Gand e em Paris, datada do Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1815.

Apartir de agora os NATIONALARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION passam a ser designados pela abreviatura NARA

<sup>3</sup> HILL, Lawrence E - *Diplomatic Relations between the United States and Brazil*. Durham, NC: Duke University Press, 1932, p. 5; MAGALHÃES, José Calvet - *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1991)*. Mem Martins: Publicações Europa-América, [1990], p. 69; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins - *Comércio e Diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, p. 846.

tiva. No entanto, desde finais do século XVIII, o Brasil despertava interesse entre as autoridades estadunidenses, sendo disso um bom exemplo, Thomas Jefferson<sup>4</sup>.

Por outro lado, e de acordo com Thomas Sumter, Jr., o Príncipe D. João e o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de linhares, pareciam muito interessados no desenvolvimento do comércio com os Estados Unidos. De facto, o diplomata tomara conhecimento desta predisposição do Regente, após a conversa tida por ocasião da audiência em que apresentou as suas credenciais. Sumter, no despacho de 9 de Junho de 1810, observava que estavam surtos no porto do Rio de Janeiro vários navios americanos, esperando-se brevemente mais. Em contrapartida, porém, apenas dois cidadãos estadunidenses se encontravam radicados na capital brasileira. Estes não tinham qualquer razão de queixa, pois gozavam de grande liberdade de movimentos, podendo viajar com facilidade para tratar de negócios, apesar do seu país não ter tido até então nenhuma representação diplomática no Brasil. Além disto, a nível comercial, a única excepção dizia respeito às mercadorias da China, as quais podiam ser importadas pelos súbditos do Príncipe Regente, sem o pagamento de qualquer espécie de direitos, privilégio vedado aos estrangeiros<sup>5</sup>.

Num dos seus primeiros despachos o ministro escrevia que o governo tanto tinha ideias boas como impraticáveis, acerca da política comercial, daí que, sem dúvida, com a melhor das intenções, fossem promulgadas leis justas e leis inaptas. Ao mesmo tempo, enviava algumas informações acerca do articulado do tratado assinado com a Inglaterra e escrevia que ainda não havia notícia deste ter sido ratificado por Londres. Relativamente ao Brasil, dizia que o país era olhado como um lugar selvagem, valioso por ser um refúgio ocasional, porém, não digno de ser a sede do império. Sentimento, aliás, compartilhado pelo Príncipe D. João, o qual estava rodeado por súbditos com interesses totalmente opostos. No entanto, os recursos brasileiros revelavam-se extremamente importantes<sup>6</sup>.

Em relação à quarentena imposta aos navios americanos, no porto do Rio de Janeiro, o diplomata dizia não ter sido publicada nenhuma determinação legal, nem lhe ter sido enviada qualquer notificação, e que esta medida fora posta em prática, pela primeira vez, poucos dias após a sua chegada. Sumter não sabia se tal prática se devia ao medo de um possível contágio, se era uma defesa contra a entrada no Brasil de emissários franceses, hipótese já aventada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Este acabou por confessar, ao ministro americano, que os representantes britânico e espanhol, no Rio de Janeiro, haviam recebido informações de estarem nos Estados Unidos vários agentes franceses, nomeadamente em Baltimore, prontos a partirem para a América do Sul. Além disto, tinham sido propagadas no Brasil suspeitas de que o governo americano era conivente com os franceses. Aliás, dada a natureza da corte portuguesa, não era de admirar que tais rumores encontrassem aí terreno fértil. De facto, as autoridades do Rio de Janeiro temiam que os Estados Unidos servissem de ponto de passagem para os revolucionários franceses que quisessem entrar em território brasileiro, daí que apenas autorizassem o desembarque a quem fosse portador de um passaporte passado pelo encarregado de negócios português, junto do executivo estadunidense, o qual só era concedido sobre quem não recaísse qualquer suspeita<sup>7</sup>.

Ao mesmo tempo, Sumter considerava D. João como um homem de carácter, empenhado em fazer tudo ao seu alcance para o bem estar do país e em garantir a amizade de outros governos. Contudo, não era uma pessoa de ideias firmes e confiava muito na Inglaterra. Por outro lado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho era um indivíduo inteligente, com ideias seguras acerca do interesse da política e das aptidões da sua nação. No entanto, sabia que esta não se podia manter sozinha e dado o ascendente da Inglaterra quem viesse a ocupar as funções de ministro dos negócios estrangeiros não conseguiria fazer melhor. Assim, tentava harmonizar o patriotismo com a ambição, o que lhe permitia manter-se no lugar. Relativamente ao representante diplomático inglês, Lord

<sup>4</sup> RIBEIRO, Jorge Manuel Martins - *Comércio e Diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, pp. 200-203, 215, 256-260, 672, 813, 959-960.

<sup>5</sup> NARA, General Records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809-1906*, vol. 1 (April 3, 1809 - October 11, 1813). (National Archives and microfilm publication, M121, rolo 2). Despacho do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr., para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 9 de Junho de 1810.

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, Despacho do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr., para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 23 de Julho de 1810.

Strangford, achava-o adequado ao cargo que desempenhava, embora fosse pessoalmente detestado e publicamente temido, respeitado e obedecido. Tudo isto, na opinião de Sumter explicava a razão das leis de quarentena estarem a ser aplicadas aos navios americanos. Todavia, no que diz respeito à fiscalização das embarcações estadunidenses, nada podia ser feito de momento, até porque os emolumentos do tempo de espera tinham baixado. Esta medida, não deixava, contudo, de ser gravosa para o comércio dos Estados Unidos.

O diplomata, porém, não poupava esforços para mostrar a falsidade da campanha contra o seu país, tendo o conde de Linhares dito que o Príncipe Regente nunca tivera quaisquer desconfianças acerca da boa fé do Presidente e dos funcionários norte-americanos. E, Sumter declarava esperar ser esta, na realidade, a posição de D. João, até porque os autores das suspeitas contra os Estados Unidos pareciam envergonhados pelas afirmações feitas.

Entretanto, fora ratificado por Londres o tratado anglo-americano de 1810 e o ministro estadunidense regozijava-se pelo facto deste não conter, no seu articulado, nada que impedisse outras nações de obterem condições iguais, excepto no relativo às madeiras brasileiras. O diplomata aproveitou, então, esta oportunidade para lembrar a necessidade da assinatura de um convénio entre os Estados Unidos e Portugal. O conde de Linhares, como era habitual, disse não haver qualquer má vontade da parte do Príncipe e que este prestaria atenção a qualquer proposta que lhe fosse submetida. Todavia, D. Rodrigo de Sousa Coutinho lembrava o facto do comércio ser livre, de modo que, todos os países gozavam dos mesmos benefícios. Perante isto, Sumter insistiu na vantagem da existência de um convénio, como uma forma de garantir a estabilidade das trocas bilaterais. Além disto, referia o deplorável estado de todas as nações produtoras de açúcar e café, provocado pela limitada admissão de mercadorias no continente europeu, situação que poderia ainda piorar se os dois países ibéricos fossem obrigados a fechar-se ao comércio. Deste modo, poderia revelar-se importante que o Brasil realizasse trocas comerciais com outros mercados<sup>8</sup>. Refira-se, a propósito, que nos finais de 1807, com excepção da Suécia quase todos os países europeus se encontravam fechados ao comércio com a Inglaterra, o que tornou preocupante a situação deste país<sup>9</sup>. No entanto, Jorge Borges de Macedo demonstrou que durante os anos de 1809 e 1810, época em que o poderio francês era máximo na Europa continental, "o movimento marítimo com a Inglaterra" não sofreu quaisquer reduções<sup>10</sup>.

Enquanto isso, o sistema colonial de restrições poderia tornar mais favorável que os Estados Unidos obtivessem os seus abastecimentos de açúcar e café, produtos cujo consumo estava a aumentar, num país em que autoridades e as leis não causassem problemas. O ministro terá, então, dito que poderiam ser concedidos benefícios à importação de alguns artigos americanos.

Ainda relativamente a um tratado de comércio luso-americano, Sumter era de opinião que, caso os Estados Unidos entrassem em guerra contra a França, essa seria a melhor ocasião para assinar um acordo com as autoridades portuguesas, bem como com todos os outros países latino-americanos. Isto não era do agrado da Grã-Bretanha, até porque todas as vantagens que poderia obter com esta situação ficariam neutralizadas. Do ponto de vista estadunidense, porém, o diplomata achava que o seu país, em vez de apenas prosseguir uma guerra defensiva contra a França, poderia aproveitar para amadurecer um duradouro sistema americano, a ser utilizado contra os seus inimigos. Ao mesmo tempo, continuavam as pretensões de D. Carlota Joaquina aos territórios do Rio da Prata, as quais, porém, não encontravam grande apoio, nem entre os espanhóis, nem sequer, por parte do governo britânico<sup>11</sup>. E, entretanto, pareciam ter desaparecido dos vários quadrantes da sociedade

<sup>7</sup> RIBEIRO, Jorge Manuel Martins - *Comércio e Diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, pp. 442-443.

<sup>8</sup> NARA, General Records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809 - 1906, vol. 1 (April 3, 1809 - October 11, 1813)*. (National Archives and microfilm publication, M121, rolo 2). Despacho n.º 3 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr., para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 3 de Setembro de 1810.

<sup>9</sup> RIBEIRO, Jorge Martins - *A Comunidade Britânica do Porto durante as invasões francesas 1807-1811*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, [1990], p. 52.

<sup>10</sup> MACEDO, Jorge Borges de - *O Bloqueio Continental*. 2.ª ed. Lisboa: Gradiva, [1990], p. 106.

<sup>11</sup> NARA, General Records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809 - 1906, vol. 1 (April 3, 1809 - October 11, 1813)*. (National Archives and microfilm publication, M121, rolo 2). Despacho n.º 3 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr., para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 3 de Setembro de 1810;

RIBEIRO, Jorge Martins - *Os representantes dos Estados Unidos no Rio de Janeiro ante a situação política da América do Sul nos inícios do século XIX*. In "Actas do XII Congresso Internacional de AHILA 'América Latina: Outro Ocidente? Debates do final do milénio'". Porto: Centro Leonardo Coimbra/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, vol. I, p. 266.

brasileira, as apreensões que os americanos fossem, como atrás referimos, instrumentos das maquinações francesas<sup>12</sup>.

O interesse das autoridades portuguesas pelos Estados Unidos levou a que o antigo governador e capitão-mor da ilha da Madeira, D. José Manuel da Câmara, fosse escolhido para ministro plenipotenciário nos Estados Unidos. Sumter confessava nunca ter ouvido falar deste aristocrata, o qual lhe parecia um homem vivido, não tendo ocupado nenhum cargo público desde que fora afastado do seu posto, devido a um desacordo com o bispo do Funchal. Além disto, era um dos poucos fidalgos residentes no Rio de Janeiro, com uma certa experiência de vida. Más, a natureza das funções dos nobres, na corte, bem como os seus títulos, deixavam-lhes pouco tempo para viajarem ou para se instruírem, excepto naquilo que lhes permitisse defender os favores que já detinham ou para adquirirem mais. Apesar deste diplomata nunca ter chegado a desempenhar a missão para que fora nomeado, o certo é que, nesta altura, embora não tivesse sido ainda fixada uma data concreta para a sua partida, estava a ser preparado um navio para o transportar para a América do Norte. Sumter, no entanto, achava que a ida deste plenipotenciário para os Estados Unidos se encontrava dependente da vontade da Inglaterra, dando, uma vez mais, como explicação para este facto, a ligação estreita de Portugal a este país<sup>13</sup>. Aliás, cerca de três anos mais tarde, Thomas Sumter, Jr. culpou o Reino Unido por D. José Manuel da Câmara nunca ter ocupado o cargo para que fora escolhido<sup>14</sup>. Além disto, o Príncipe Regente parecia achar que o ex-governador da Madeira não tinha o perfil adequado para exercer as funções para as quais havia sido designado<sup>15</sup>.

A propósito desta nomeação, o ministro americano, mais uma vez, lembrava ao governo do Rio de Janeiro, a vantagem da assinatura de um tratado de comércio, Sumter vai ao ponto de inquirir quais as condições propostas pela parte portuguesa, informando, ainda, que de acordo com os desejos do Presidente, as negociações deveriam ser efectuadas em Washington. Aliás, em Agosto de 1811, o diplomata esperava o regresso de D. João, ao Rio de Janeiro, para lhe falar de assuntos relativos ao comércio luso-americano e ao modo como os cidadãos estadunidenses eram tratados nos portos brasileiros. De modo a chamar a atenção do Regente, Thomas Sumter mostrava-se disposto a dar a entrever a possibilidade de uma interrupção do envio dos cereais americanos para a Península Ibérica. Isto seria de facto gravoso para a subsistência portuguesa, pois, entre 1810 e 1813, chegaram a Portugal e Esboanha enormes quantidades de cereais e de farinha, sendo estes dois países, juntamente com as Índias Ocidentais os principais mercados para o milho e para a farinha de milho<sup>16</sup>.

O falecimento do conde de Linhares, em Janeiro de 1812, foi algo que preocupou o ministro plenipotenciário americano, até porque isso poderia, de algum modo, afectar as relações entre Portugal e os Estados Unidos. Além disto, Sumter estava consciente do peso que o representante da Inglaterra iria ter na escolha do seu sucessor<sup>17</sup>. De qualquer modo, D. Rodrigo de Sousa Coutinho fora, na opinião do diplomata, ao mesmo tempo, o principal ministro de D. João e personalidade

<sup>12</sup> NARA, General Records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809 -1906*, vol. 1 (April 3, 1809 - October 11, 1813). (National Archives and microfilm publication, M121, rolo 2). Despacho n.º 4 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr., para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 2 de Outubro de 1810.

<sup>13</sup> Id., *ibid.*, Despacho do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr., para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 21 de Maio de 1811. Despachos n.ºs 12 e 14 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr. para o Secretário de Estado, James Monroe, datados do Rio de Janeiro, 4 de Junho e 8 de Agosto de 1811.

<sup>14</sup> Id., *ibid.* Carta do ministro plenipotenciário, Thomas Sumter, Jr. para os ministros dos Estados Unidos em Gand e em Paris, datada do Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1815.

<sup>15</sup> MAGALHÃES, Calvet de, *ob. cit.*, p. 70.

<sup>16</sup> NARA, General Records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809 -1906*, vol. 1 (April 3, 1809 - October 11, 1813). (National Archives and microfilm publication, M121, rolo 2). Despacho do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr., para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 21 de Maio de 1811. Despachos n.ºs 12 e 14 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr. para o Secretário de Estado, James Monroe, datados do Rio de Janeiro, 4 de Junho e 8 de Agosto de 1811; GALPIN, W. Freeman- *The American grain trade to the Spanish Peninsula, 1810-1814*. The American Historical Review. Washington. 3:1, (1922), p. 25; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins - *Comércio e Diplomacia nas relações luso-americanas (177&1822)*, pp. 18&-189.

<sup>17</sup> NARA, General Records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809 -1906*, vol. 1 (April 3, 1809 - October 11, 1813). (National Archives and microfilm publication, M121, rolo 2). Despacho n.º 18 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr., para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 1 de Fevereiro de 1812.

grata ao governo britânico, bem como ao seu representante no Rio de Janeiro. Lord Strangford, no entanto, preferia para o cargo o conde do Funchal, irmão do falecido, o certo, porém, é que a escolha recaiu, interinamente, sobre o conde das Galveias, que até aí exercia as funções de ministro da marinha e das colónias. Este, apesar de não se revelar tão dócil à política inglesa quanto D. Rodrigo de Sousa Coutinho não faria, no entender de Sumter, muitas mudanças nos assuntos mais essenciais. Apenas se registariam alterações no campo comercial, quando houvesse uma mudança de governo em Londres. Contudo, apesar do Brasil sofrer seriamente com a interrupção do comércio entre os países neutrais e a Europa continental, Portugal havia ganho muito em abastecimentos e rendimentos, daí que os interesses brasileiros não fossem suficientes para que o gabinete de D. João tivesse uma política comercial independente.

A captura de navios negreiros por parte dos ingleses era, no entanto, algo a que o Brasil se revelava bastante sensível. E, a propósito, o ministro americano referia que a Grã-Bretanha, pretextando razões humanitárias e religiosas, se mostrava muito empenhada na destruição deste tráfico, porque possuía ilhas e escravos suficientes para abastecerem a Europa com produtos coloniais. Todas estas justificações encontravam eco junto de D. João, o qual, além de ser incapaz de se libertar dos pontos de vista da política britânica, não entendia que os ingleses não queriam o desenvolvimento do comércio sul-americano, para deste modo beneficiarem o das suas ilhas.

Entretanto, as cortes espanholas tinham eliminado todos os obstáculos impeditivos da ascensão ao trono espanhol, de D. Carlota Joaquina. Ante isto, o representante estadunidense achava que a sua influência ia aumentar muito, além de que, lhe poderia ser oferecida a regência de Espanha. Sumter achava que a Princesa tinha o espírito de uma espanhola e de uma soberana, algo que parecia faltar aos homens da sua família. Temia, porém, que, caso adquirisse mais poder, se tornasse intratável, até porque não parecia haver grande cordialidade ou confiança entre ela e o marido, bem como com o representante britânico<sup>18</sup>. No entanto, em Agosto de 1812, o diplomata afirmava que, contrariamente à opinião de outras pessoas, apesar das perdas de familiares (falecera o Príncipe D. Pedro de Bourbon, casado com a filha mais velha de D. João) bem como de elementos do governo e do concelho de Estado, o Príncipe e a família, por muito que o desejassem, não voltariam em breve à Europa. Isto, contudo, talvez se tornasse possível se D. Carlota Joaquina, com a anuência da Inglaterra, se tornasse Regente de Espanha<sup>19</sup>.

Durante a guerra anglo-americana de 1812-1814 Sumter tentou obter, da parte das autoridades do Rio de Janeiro, autorização para os navios estadunidenses utilizarem os portos brasileiros, no mesmo pé de igualdade dos britânicos. Portugal permaneceu neutral no conflito que opôs o Reino Unido aos Estados Unidos e o governo português pareceu ficar agradado com a nota enviada pelo ministro americano e pelas afirmações favoráveis nele contidas<sup>20</sup>. No entanto, informações chegadas ao Brasil, em 1812, dando a entender que navios portugueses e espanhóis haviam sido apresados em portos norte-americanos provocaram algumas dificuldades aos Estados Unidos, chegando-se a temer que o governo luso fosse levado a entrar em guerra. Deste modo, mesmo sem instruções, Sumter foi obrigado a actuar, tendo estas suas diligências levado a que Portugal se mantivesse neutral<sup>21</sup>. De facto, três navios americanos e um português, fundeados em Baltimore, e prontos a zarpar para Portugal, tinham sido alvo de um assalto, por parte da população, com o fim de evitar a sua saída antes do fim do embargo, decretado pelas autoridades dos Estados Unidos, por um período de 90 dias, como forma de agradar a Napoleão. Por outro lado, embarcações portuguesas eram

<sup>18</sup> Id., *ibid.*, Despacho n.º 19 do ministro plenipotenciário Thomás Sumter, Jr., para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 12 de Abril de 1812.

<sup>19</sup> Id., *ibid.*, Despachos n.ºs 21 e 22 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr., para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 24 de Julho e 2 de Agosto de 1812.

<sup>20</sup> Id., *ibid.*, Despacho n.º 25 do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr., para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 9 de Maio de 1813; MAGALHÃES, José Calvet, *ob. cit.*, p. 74; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins - *Comércio e Diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, pp. 467-468.

<sup>21</sup> NARA, General Records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809-1906, vol. 1 (April 3, 1809 - October 11, 1813)*. (National Archives and microfilm publication, M121, rolo 2). Cópia de carta de Thomas Sumter, Jr., para o Secretário de Estado, James Monroe, datada do Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 1812, anexa ao despacho do ministro plenipotenciário, Thomas Sumter, Jr., para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 9 de Maio de 1813. <sup>22</sup> Refira-se que o embargo deveria terminar em 3 de Julho de 1812. RIBEIRO, Jorge Manuel Martins - *Comércio e Diplomacia nas*

atacadas no alto-mar por corsários norte-americanos<sup>22</sup>.

Apesar disto, em Julho de 1814, o diplomata americano escrevia que os abusos, cometidos pelos ingleses contra os seus amigos e aliados, tinham causado grande inquietação no Brasil. Entretanto, falecera o conde das Galveias, tendo sido substituído no ministério da marinha por António Araújo de Azevedo, futuro conde da Barca. O ministro da marinha, considerado como um auxiliar do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, António de Araújo de Azevedo, era, na opinião de Sumter, respeitado pelos seus talentos e pela sua oposição à política britânica relativamente ao Brasil. Além disto, os brasileiros achavam-no favorável à permanência do Príncipe D. João na América do Sul. A nomeação de Azevedo dera credibilidade e confiança ao governo, tendo os ingleses proporcionalmente perdido força e apoio. E, como não podia deixar de ser, Sumter aconselhava, por prudência, o governo do Rio de Janeiro a libertar-se do ascendente que a Inglaterra, devido aos acontecimentos da Europa, tomara sobre Portugal e o Brasil. Esta era uma tarefa delicada, devido ao tratado de 1810, o qual fora assinado por se pensar que nem na América do Sul o Regente e a corte estariam a salvo dos franceses sem a protecção britânica. Além disto, D. João devia estar ciente do facto de Madrid poder tornar-se a primeira potência a não estar de acordo com a Inglaterra, no respeitante ao comércio e ao tráfico de escravos. Aliás, no entender do diplomata, Portugal necessitava, mais do que anteriormente, de agir em conjunto com a Espanha, o Brasil e a América espanhola. Contudo, como a Grã-Bretanha exigia um preço muito alto para garantir a sua protecção, o Príncipe talvez conseguisse contrabalançar a influência inglesa e espanhola aliando-se à França, até porque muitos dos nobres portugueses tinham ligações com aristocratas franceses. Achava, contudo, que D. João não dava valor à importância das alianças com as potências do norte da Europa, nomeadamente com a Rússia, a qual pretendia tornar-se uma potência marítima. No entanto, quando a situação política se alterou os comerciantes brasileiros mostraram preferência pelo comércio com a França. Aliás, logo após ter tomado conhecimento do fim das hostilidades, o Príncipe D. João apressou-se a informar os seus súbditos da possibilidade de realizarem trocas comerciais com quem quisessem, atitude que não deixou de causar estranheza entre os ingleses.

Por outro lado, e ainda de acordo com o ministro americano, seria proveitoso, ou pelo menos, não prejudicial, para os Estados Unidos, quer tomassem ou não parte na nova política internacional, uma ligação mais estreita com o Brasil. Este era um país pacífico, interessado no comércio e bem posicionado para se tornar uma potência naval útil no continente americano<sup>23</sup>. O diplomata estadunidense revelou-se de tal forma preocupado com os interesses do seu país, que expediu uma missiva, para os seus colegas na Europa, com informações e conselhos acerca da política portuguesa. Nesta tratava de vários assuntos, mesmo de especulações acerca de casamentos reais. Além disto, escreveu uma carta de apresentação para D. António de Saldanha da Gama, ministro de Portugal na Rússia e um dos plenipotenciários portugueses presente na assinatura do Tratado de Paris<sup>24</sup>.

O Príncipe D. João que queria, a todo o custo, preservar a amizade da Inglaterra, estava face a um dilema, segundo Sumter, pois tanto Portugal como o Brasil queriam ser a sede da monarquia. E, se sentimentalmente se sentia ligado ao primeiro, a razão levava-o a optar pelo segundo. Tanto portugueses como brasileiros estavam ansiosos por conhecer a sua decisão e até os próprios ingleses tinham-lhe dado um prazo, embora dilatado, para o efeito. O diplomata, no entanto, achava que os britânicos se tinham aproveitado das suas dificuldades e da sua irresolução ou, para conseguirem vantagens, ou, pelo menos, o fim do tráfico de escravos.

O governo português, por seu lado, tinha razões para estar inquieto, tanto com Portugal, como com o Brasil, se os países à volta deste, estivessem sob influência, quer da Espanha, quer da Grã-Bretanha. Na realidade, os domínios portugueses apenas se situavam na orla dos continentes e as ilhas produziam pouco mais do que aprovisionamentos para os viajantes, tendo, antes pelo contrário, necessidade de receber abastecimentos. Considerando também que grande parte do comércio e

*relações luso-americanas (1776-1822)*, pp. 189-190; 415417.

<sup>22</sup> NARA, General Records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809-1906*, vol. IA (May 27, 1813 - February 23, 1817). (*National Archives and microfilm publication, M121, rolo 3*). Despacho do ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr., para o Secretário de Estado, Robert Smith, datado do Rio de Janeiro, 1 de Julho de 1814.

<sup>23</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*. [SI]: Editorial Verbo, [1984], p. 106, vol. VII



da navegação pertenciam aos ingleses, as autoridades lusas, no entender de Sumter, tinham razões para ter medo e para se tentarem conciliar com a Inglaterra, bem como de forma mais permanente, procurarem fortalecer-se em todos os lados. Por outro lado, os brasileiros não pareciam muito satisfeitos com esta estreita ligação ao Reino Unido. Além disto, do ponto de vista desta potência, o abandono, por parte dos dois países ibéricos, da importação de escravos seria vantajoso para as suas ilhas e para os estabelecimentos africanos, repetindo aquilo que dissera anteriormente, quando denunciara ser este o verdadeiro propósito do governo de Londres e dos abolicionistas. Os habitantes do Brasil, todavia, prefeririam abandonar as suas ligações à Grã-Bretanha, que detestavam, bem como a família de Bragança, a qual apenas amavam por orgulho nacional, do que desistir do tráfico negreiro. Tudo isto dificultava a decisão de D. João, acerca da sua permanência na América do Sul, até porque muitos ministros e fidalgos achavam que o Rio de Janeiro deveria continuar a ser a sede da monarquia. De acordo com o diplomata, os brasileiros não se oporiam a uma ligação mais estreita com a Espanha e ficariam satisfeitos se houvesse um contacto mais próximo com a França. A apetência por este país também se verificava em Portugal, sobretudo depois da queda de Bonaparte e da restauração dos Bourbons, e libertava as populações da ilusão, até aí alimentada, que não havia segurança senão na submissão e na orientação da Grã-Bretanha<sup>25</sup>.

Alguns meses depois, em missiva enviada aos representantes dos Estados Unidos em Londres ou Paris repetia alguns dos pontos de vista já expressos, nomeadamente no respeitante ao comércio de escravos. Achava, contudo, que a Grã-Bretanha estava à espera da decisão do Congresso de Viena acerca deste tráfico, de modo a obrigar Portugal e a Espanha a agirem. E, mais uma vez insistia que o Príncipe D. João tinha vontade de permanecer na América, tendo até anulado o sistema colonial nos seus domínios. Aliás, uma conversa tida com o secretário de Estados dos Negócios Estrangeiros e da Guerra parecia dar-lhe razão, pois este dissera-lhe que D. João não estava ansioso em voltar para a Europa, pelo menos até que os problemas da Polónia, Saxónia e Itália estivessem resolvidos. A propósito, o diplomata comentava que tais assuntos não tinham uma ligação visível e imediata com o facto do Regente residir no Rio de Janeiro ou em Lisboa, ou com o estatuto do Brasil. Calculava, assim, ser isto uma desculpa para evitar perguntas acerca da partida ou não do Príncipe, ou para dar a entender que este não se ausentaria em breve ou nem sequer deixaria a América, excepto se as decisões tomadas na Europa garantissem a independência de Portugal e do Brasil<sup>26</sup>.

Por esta altura teve lugar, em águas açorianas, um acontecimento que envenenou as relações luso-americanas e preocupou diplomatas portugueses e norte-americanos. Em 26 de Setembro de 1814, o navio corsário estadunidense, *General Armstrong*, foi destruído, no porto da Horta, onde entrara para se abastecer de água potável, por um esquadrão de três navios britânicos. No decurso do incidente, em que morreram vários marinheiros dos Estados Unidos, o *General Armstrong* acabou por ser incendiado pelos ingleses. Os armadores do corsário estimaram as perdas em 30.700 dólares e pediram uma indemnização a Portugal. A corte do Rio de Janeiro, não aceitou esta reclamação pois, além de neutralidade portuguesa ter sido violada, o governador do Faial tudo fizera para evitar este confronto. Ao mesmo tempo, o governo português deu instruções, ao seu representante em Londres, para reclamar e pedir uma reparação à Grã-Bretanha, tanto para portugueses como para americanos<sup>27</sup>.

A ligação próxima entre o governo português e a Grã-Bretanha é uma constante na correspondência de Thomas Sumter. Este, inclusive, achava que o gabinete inglês tinha os meios

<sup>25</sup> NARA, General Records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809-1906*, vol. IA (May 27, 1813 - February 23, 1817). (National Archives and microfilm publication, M121, rolo 3). Duplicado da carta do ministro plenipotenciário, Thomas Sumter, Jr. para os representantes americanos na Europa e para o ministro nomeado para negociar com a Grã-Bretanha, datada do Rio de Janeiro, 30 de Junho de 1814.

<sup>26</sup> Id., *ibid.* Carta do ministro plenipotenciário, Thomas Sumter, Jr. para os ministros dos Estados Unidos em Londres e Paris, datada do Rio de Janeiro, 10 de Março de 1815.

<sup>27</sup> RIBEIRO, Jorge Martins - *O papel dos arquipélagos dos Açores e da Madeira no relacionamento luso-americano nos finais do século XVIII e inícios do século XX*. In "Actas do V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico. Tapei das ilhas do Atlântico na criação do Contemporâneo (séculos XVIII e XIX)", 24 a 28 de Maio de 1999". Vol. LVH. Angra do Heroísmo: Boletim do Instituto Histórico da Hha Terceira, 1999, pp. 303-304; AGAN, Joseph - *Tão Diplomatic Relations of the United States and Brazil. The Portuguese Court at Rio de Janeiro*. Paris. Jouve et Cie. Editeurs, 1928, vol. 1, pp. 4849; HILL, Lawrence E., *ob. cit.*, pp. 12-15; MAGALHÃES, José Calvet, *ob. cit.*, pp. 74, 145-148, 169; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins - *Comércio e Diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, pp. 490-491

para parecer ter responsabilidade sobre Portugal. Ora isto poderia levar as potências europeias a pensarem que o gabinete luso desejava continuar estreitamente ligado à Inglaterra, não se querendo aproximar dos países da Europa continental, no respeitante aos direitos marítimos e às colónias. Aliás, a situação internacional parecia indicar que a corte portuguesa estava satisfeita com tal estado de coisas. Contudo, isso não parecia ser a realidade e D. João mantinha-se indeciso entre continuar no Brasil ou voltar para Portugal. E, de acordo com Sumter, o Regente procuraria fortalecer-se gradual e silenciosamente contra a influência britânica através de alianças familiares e militares, evitando, assim, choques com o Reino Unido e, deste modo, adiar por um tempo, senão para sempre, o regresso à Europa. Entretanto, o general Beresford chegara ao Rio de Janeiro e ia incumbido de escoltar o Príncipe D. João de volta para Portugal. Tal aparecera anunciado nos jornais ingleses, mas nenhum alto funcionário fizera caso, até porque, antes do fim da guerra, era do interesse do governo britânico que a corte portuguesa continuasse além atlântico. Por um lado, podiam manobrar melhor Portugal se em Lisboa continuasse uma regência e por outro, como tinham em seu poder as colónias dos seus inimigos, não queriam de maneira nenhuma que o Brasil voltasse a ter este estatuto, pois isso impedi-los-ia de realizar trocas comerciais directas. Além disto, havia todo interesse em que os portugueses da metrópole acreditassem no iminente regresso do Regente e na restauração do sistema colonial e os brasileiros precisamente no contrário, bem como na não abolição do tráfico escravo. Daí que, de acordo com o diplomata americano, fosse difícil determinar quais as verdadeiras intenções do Príncipe.

Com o fim da guerra, porém, a situação modificara-se e a Inglaterra procurava impedir o nascimento de uma nova potência marítima na América. Como pelo Tratado de 1810 o Brasil só poderia voltar a ter o estatuto de colónia com o consentimento do Reino Unido, se D. João partisse seria aí instalada uma Regência, e Londres poderia ver aí restabelecido o sistema colonial. Por outro lado, caso os britânicos persistissem em abolir o tráfico de escravos, teriam certamente de colocar forças nos principais portos brasileiros, a fim de fazer cumprir tal decisão, pelo que o país se tornaria na realidade uma colónia do Reino Unido. O receio que o Brasil se lhes tornasse hostil era, aliás, outra das razões pela qual os ingleses queriam ver D. João instalado em Lisboa. De facto, ficava difícil proteger o seu comércio do ataque dos navios de guerra e dos corsários norte-americanos, pelo que se lhes fossem criadas dificuldades teriam de abandonar algumas das suas possessões, ou obter, pelo menos, a aprovação das outras nações. Sumter deu, ainda, a entender às autoridades luso-brasileiras que os Estados Unidos se associariam de bom grado a qualquer projecto que contribuísse para o equilíbrio do poder marítimo.

A possível partida de D. João também preocupava o diplomata em termos pessoais, pois não sabia o que fazer se a corte voltasse para Lisboa. De facto, fora nomeado para o Brasil e, nessa altura, bem como até recentemente, não se punha tal questão. Escrevia que não gostaria de viajar conjuntamente com a corte portuguesa para a Europa, para não ter de seguir um almirante inglês, além de duvidar que o seu governo quisesse manter um ministro em Portugal, caso o sistema colonial fosse restabelecido em terras brasileiras. Sabia, porém, que se o Príncipe partisse antes de terem chegado as instruções dos seus superiores, acerca da atitude a tomar nestas circunstâncias, nem as autoridades portuguesas, nem os agentes britânicos o deixariam ficar, mesmo com as funções em suspenso. Além disto, calculava que os portugueses certamente não se encarregariam de o fazer regressar aos Estados Unidos. Assim, em seu entender a posição mais correcta, a tomar, era a de recusar deixar o Rio de Janeiro, antes de saber quais as ordens de Washington. Devido a estas dificuldades e apesar de não se conseguir opor abertamente à saída de D. João, iria tentar, tudo quanto estivesse ao seu alcance, para que esta se verificasse o mais tarde possível<sup>28</sup>.

Alguns meses depois, já se encontrava mais tranquilo, acerca deste assunto, afirmando poder esperar pelas instruções do Departamento de Estado. Isto, apesar de, segundo Sumter, a Grã-

<sup>28</sup> NARA, General Records of the Department of State, Centrai files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809 -1906*, vol. 1A (May 27, 1813 - February 23, 1817). (National Archives and microfilm publication, M121, rolo 3). Carta do ministro plenipotenciário, Thomas Sumter, Jr. para os ministros dos Estados Unidos em Gand e em Paris, datada do Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1815; MAGALHÃES, José Calvet, *ob. cit.*, p. 72.

Bretanha estar ansiosa por ter D. João de volta a Lisboa, pois, assim, conforme já referira, o Brasil regressaria à situação de colónia. Deste modo, a corte portuguesa passaria de uma posição independente e, portanto, perigosa para a Inglaterra, para a que outrora tivera, ou seja; de fraqueza e dependência. Por outro lado, não era improvável que o Reino Unido tivesse tomado medidas a fim de manter o Príncipe Regente no Rio de Janeiro e actuasse de forma astuta e hipócrita, no respeitante à abolição do tráfico de escravos<sup>29</sup>.

Nos finais de 1815 Thomas Sumter ainda não tinha informações do seu governo, acerca da conduta a seguir<sup>30</sup>, porém, em Dezembro de 1815, em resposta às pressões britânicas, D. João elevava o Brasil à categoria de reino, criando-se o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Este facto dava razão às suposições do diplomata americano, o qual sempre acreditara que o Príncipe Regente não tencionava trocar o Rio de Janeiro pela sua Lisboa natal, nem pretendia restabelecer o antigo sistema colonial na América do Sul<sup>31</sup>. O ministro americano não sabia, contudo, que esta atitude fora tomada por conselho, ou, pelo menos, com o assentimento de Talleyrand, com o objectivo de estabelecer na América uma monarquia que contrabalançasse a república dos Estados Unidos<sup>32</sup>.

O Príncipe Regente D. João ainda ficou no Brasil mais seis anos, regressando a Portugal apenas em 1821. E, após o falecimento da mãe, a rainha D. Maria I, ocorrido a 20 de Março de 1816, foi aclamado e coroado rei no Rio de Janeiro. Esta dilatada estada demonstra a justeza das observações do diplomata americano o qual desde cedo desconfiou da vontade do Regente em voltar à Europa. Aliás, quem sempre pressionou D. João neste sentido foram os ingleses, pois, se por um lado, pretendiam evitar o nascimento de uma nova potência marítima na América, por outro, através da abolição do tráfico escravo, procuravam reservar o mercado europeu para os seus produtos coloniais. Ao mesmo tempo, Sumter revelava-se um bom conhecedor dos interesses do seu país e um acérrimo opositor da política britânica. Aliás, em seu entender, o novo estatuto brasileiro aumentaria o valor de todos os domínios portugueses<sup>33</sup>. E, de acordo com Calvet de Magalhães, a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves provocou euforia no diplomata estadunidense, pois considerava este facto "como a liquidação definitiva do estatuto colonial do Brasil e o completo fracasso das manobras britânicas naquela região"<sup>34</sup>.

Na realidade o Brasil desempenhou um papel importante no âmbito das relações luso-americanas, sendo a partir de 1818 a parcela do espaço português que mais produtos comprava aos Estados Unidos. No entanto, o comércio bilateral não se desenvolveu muito, porque os norte-americanos não se mostravam muito interessados neste tráfego, enquanto os produtos de Cuba, Porto Rico e Santa Cruz suprissem as suas necessidades. Na verdade, uma das razões pela qual os Estados Unidos se mostravam interessados em assinar um tratado com Portugal era porque queriam ter livre acesso ao Brasil, daí que, em 1800, o Secretário de Estado dissesse que a não ser que Lisboa permitisse aos americanos trocas comerciais directas com esta colónia, tal convénio deixava de ter interesse. Os norte-americanos, contudo, não desistiram desta sua pretensão e após 1810, o ministro plenipotenciário Thomas Sumter, Jr. continuou a insistir neste aspecto, sempre que a ocasião se proporcionou<sup>35</sup>.

<sup>29</sup> NARA, General Records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809 -1906*, vol. IA (May 27, 1813 - February 23, 1817). (National Archives and microfilm publication, M121, rolo 3). Despacho do ministro plenipotenciário, Thomas Sumter, Jr. para o ministro dos Estados Unidos em Paris, datado do Rio de Janeiro, 13 de Maio de 1815.

<sup>30</sup> Id., *ibid.* Carta do ministro plenipotenciário, Thomas Sumter, Jr., para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 8 de Dezembro de 1815.

<sup>31</sup> Id., *ibid.* Despacho do ministro plenipotenciário, Thomas Sumter, Jr., para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 29 de Dezembro de 1815; MAGALHÃES, José Calvet, *ob. cit.* p. 72.

<sup>32</sup> HILL, Lawrence E, *ob. cit.* p. 9. MAGALHÃES, José Calvet, *ob. cit.* pp. 72-73.

<sup>33</sup> NARA, General Records of the Department of State, Central files, *Despatches from United States Ministers to Brazil, 1809 -1906*, vol. IA (May 27, 1813 - February 23, 1817). (National Archives and microfilm publication, M121, rolo 3). Despacho do ministro plenipotenciário, Thomas Sumter, Jr. para o Secretário de Estado, James Monroe, datado do Rio de Janeiro, 29 de Dezembro de 1815.

<sup>34</sup> MAGALHÃES, José Calvet de, *ob. cit.* p. 73.

<sup>35</sup> RIBEIRO, Jorge Manuel Martins - *Comércio e Diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*, pp. 203,439; MAGALHÃES, José Calvet de, *ob. cit.* p. 73.